A CRISE DO CAPITAL NA COVID-19: REFLEXOS NO AGRAVAMENTO DA QUESTÃO URBANA NA AMAZÔNIA

Carla Caroline Malcher Gomes[1]

Giselle Cruz de Brito[2]

Isabela de Azevedo Miranda[3]

Maria Gabriela de Andrade Sena[4]

RESUMO: O presente estudo objetiva refletir sobre a crise do capital frente à COVID-19, apresentando seus impactos no agravamento da questão urbana no Brasil e, em específico, na Amazônia. Para isso, cabe a reflexão sobre a constituição da "questão social" nos marcos do capitalismo, o que refuta qualquer tipo de naturalização. Consideramos que a "questão social" deve ser apreendida não apenas nas suas expressões universais, as quais se revelam tão complexas no estágio atual do capitalismo, mas também em suas expressões particulares, no que o estudo da realidade amazônica se coloca como uma contribuição. Diante disso, efetua-se uma discussão acerca da dificuldade em realizar o distanciamento social diante da precariedade das moradias. Abordamos o trabalho do/da Assistente Social no âmbito das políticas urbanas e no enfrentamento à Covid-19, e por fim, a conclusão propõe análise crítica buscando superar os aspectos empíricos da realidade.

Palavras-chave: questão urbana. covid-19. questão social

ABSTRACT: This study aims to reflect on the crisis of capital in the face of COVID-19, presenting its impacts on the aggravation of the urban issue in Brazil and, specifically, in the Amazon. For this, it is necessary to reflect on the constitution of the "social question" within the framework of capitalism, which refutes any type of naturalization. We consider that the "social question" must be apprehended not only in its universal expressions, which are so complex in the current stage of capitalism, but also in its particular expressions, in which the study of Amazonian reality stands as a contribution. Therefore, there is a discussion about the difficulty in achieving social distancing in view of the precariousness of housing. We approach the work of the Social Worker in the context of urban policies and in confronting Covid-19, and finally, the conclusion proposes a critical analysis seeking to overcome the empirical aspects of reality.

Keywords: urban issue. covid-19. social issues

1. INTRODUÇÃO

[1] Universidade Federal do Pará; Estudante de graduação; E-mail: carlacaroline.contato@gmail.com
[2] Universidade Federal do Pará; Estudante de graduação; E-mail: britogigi@gmail.com
[3] Universidade Federal do Pará; Estudante de graduação; E-mail: isabelaazevedo863@gmail.com
[4] Universidade Federal do Pará; Estudante de graduação; E-mail: mariagabriela.andradesena@hotmail.com

O presente trabalho tem por objetivo refletir de forma crítica sobre a crise do capital frente à problemática da pandemia da COVID-19, apresentando seus impactos no agravamento da questão urbana no Brasil e, em específico, na Amazônia e a importância do trabalho do/da Assistente Social frente às políticas urbanas e no enfrentamento à pandemia da covid-19. Para isso, cabe problematizar a respeito da constituição da "questão social" nos marcos do Capitalismo, o que refuta qualquer tipo de naturalização, pois consideramos que a questão social deve ser apreendida não apenas nas suas expressões universais, as quais se revelam tão complexas no estágio atual do capitalismo, mas também em suas expressões particulares, no que o estudo da realidade amazônica se coloca como uma contribuição.

Diante disso, realizamos uma discussão acerca das desigualdades socioespacial vivenciada no Brasil e da dificuldade em realizar o distanciamento social diante da precariedade das moradias, bem como do acesso ao saneamento básico e água potável, instrumentos indispensáveis para a prevenção da doença.

Para tanto, a metodologia baseou-se em estudos bibliográficos que seguem a linha crítica marxista, expostos na disciplina "Fundamentos Históricos, Teóricos e Metodológicos do Serviço Social 4" fornecida por meio de Ensino Remoto (ERE) da Universidade Federal do Pará, mas também em pesquisas de livros, artigos científicos e textos via internet, com o objetivo de realizar mediações acerca do objeto que estudo.

2. COVID-19 E A QUESTÃO URBANA NO CONTEXTO BRASILEIRO

A pandemia da COVID-19 causada pelo vírus SARS-CoV-2, o qual foi identificado na cidade de Wuhan na China em dezembro de 2019, tem impactado o cenário mundial, estabelecendo uma crise sanitária com severas consequências socioeconômicas ainda difíceis de mensurar (ALBUQUERQUE et al., 2020).

Apesar do impacto global e agravamento da crise do capital, a pandemia não é o fator determinante da crise capitalista, uma vez que as crises são inerentes ao capitalismo desde sua consolidação, demarcam os ciclos econômicos e revelam sua contradição, conforme afirmam Netto e Braz (2012, p. 176) " [...] as crises são

inelimináveis porque expressam o caráter contraditório do MPC - em si mesmas, elas são a demonstração cabal de que esse modo de produção é constituído e dinamizado por contradições [...]".

Para David Harvey (2020), a Covid-19 não pode ser vista como uma questão natural, pois existem condições objetivas favoráveis à proliferação do vírus e essas condições são causadas pela ação predatória do capital sobre a natureza. Logo, esse contexto pandêmico evidencia ainda mais a insustentabilidade do modo de produção capitalista.

No Brasil, a pandemia expõe categoricamente as desigualdades entre classes, diante das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS) em cumprir o distanciamento social faz-se necessário pontuar que as condições precárias de moradia dos trabalhadores brasileiros tornam-se um obstáculo para tal distanciamento.

A crise sanitária no Brasil trás à tona os problemas da crise urbana dos últimos anos, tanto na produção habitacional de interesse social como falta de saneamento e outros bens e serviços necessários à reprodução social, revelando as vulnerabilidades socioespaciais e os problemas acerca da questão urbana. O avanço da pandemia deixou evidente que a questão urbana no Brasil é uma pauta histórica de extrema urgência, diante das políticas habitacionais ineficientes e das dificuldades que a classe trabalhadora vem enfrentando para realizar o distanciamento social, o problema da habitação expõe a população em vulnerabilidade social ao novo coronavírus (CLIMAINFO, 2020).

A problemática da questão urbana na perspectiva crítica requer análise das múltiplas determinações que abarcam sua complexidade, a crise habitacional é determinada ao longo da história pela lógica capitalista, pois é o mercado imobiliário que determina quem irá usufruir da terra urbanizada e com infraestrutura adequada. As desigualdades socioespaciais nas cidades não podem ser entendidas em sua totalidade sem uma análise da produção capitalista do espaço, pois a moradia torna-se mercadoria nesse processo (AHLERT et al., 2021).

No Brasil a transformação da terra em mercadoria se deu no marco legal a partir de 1850 com a Lei de terras, gerada pelas pautas internacionais em torno da

expansão dos mercados e avanço capitalista industrial. A partir deste cenário, a terra só poderia ser adquirida por meio de compra, sendo transformada em uma mercadoria em si, mas também capaz de gerar muitas outras mercadorias (CAVALCANTE, 2005).

As cidades são espaços construídos com o trabalho social, mas a moradia em localização privilegiada com toda infraestrutura, segurança e fácil acesso não é adquirida coletivamente, pois o processo de valorização fundiária e especulação imobiliária constituem exclusões que se estendem até os dias atuais. Esses fatos revelem o quanto as contradições são constitutivas do modo de produção capitalista, pois ao passo que a especulação imobiliária cresce, as ocupações irregulares e periferias também se expandem em torno das cidades (FERREIRA, 2005).

A partir desse histórico, os movimentos sociais em defesa da Reforma Urbana se mobilizam para lutar pela garantia constitucional de um novo modelo de desenvolvimento de políticas urbanas e gestão das cidades. O marco legal da política urbana se estabelece a partir da Constituição Federal de 1988 nos artigos 182 e 183 (BRASIL, 1988).

No cenário atual, mesmo diante de uma pandemia que afeta milhões de brasileiros em situação vulnerável, o Governo Federal aprofunda o desmonte de um dos maiores programas habitacionais da história do Brasil e diminuiu de forma perversa os investimentos nas políticas de habitação. O Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) de 2009 a 2018 recebia o valor em média de R$ 11,3 bilhões, no ano de 2020 recebeu apenas R$ 2,54 bilhões, em 2021 o PMCMV foi substituído pelo Programa Casa Verde e Amarela de forma arbitrária, o programa tem como público alvo família com renda média, sendo assim, não prevê novas construções de moradia para pessoas de baixa renda (GIOVANAZ, 2021).

Portanto, ficam evidentes que o papel do Estado, nesse atual Governo frente às pautas neoliberais, serve aos interesses da classe burguesa. Conforme afirma NETTO (1996, p. 26) “Esta claro, assim, que o Estado foi capturado pela lógica do capital monopolista – ele é o seu Estado; tendencialmente, o que se verifica é a integração orgânica entre os aparatos privados dos monopólios e as instituições estatais.

Para Lojkine (1997, p. 140) “o Estado capitalista exprime, sempre, além das contradições no interior de seus aparelhos, uma unidade interna própria, que é uma unidade de poder de classe”. Nesse sentido, o cenário brasileiro, no âmbito das políticas econômicas, atua frente aos interesses das elites locais, mas principalmente ao capital internacional.

2.1 A questão urbana na Amazônia no cenário de pandemia

A trajetória histórica da região amazônica, sua ocupação e urbanização derivam das práticas exploratórias de interesses capitalistas em utilizar todos os recursos disponíveis nessa região. De acordo com NASCIMENTO (2012, p.179):

> Os resultados históricos da presença do grande capital na Amazônia têm sido agravados em função de novas dinâmicas produtivas que invadiram o espaço amazônico – como é o caso da cultura da soja –, as quais se somaram às dinâmicas já sedimentadas, especialmente a exploração mineral pela via dos grandes projetos, produzindo efeitos sociais, econômicos e ambientais de toda ordem [...]

Se buscarmos uma reflexão histórica e pensarmos em todo o potencial de riqueza da Amazônia, vale o questionamento: a inserção subordinada da Amazônia ao mercado mundial condicionou, desde o Período Colonial, os processos de intervenção, interna e externa, sobre a região, os quais foram, historicamente, marcados pelo desconhecimento e pelo descaso? Nesse sentido, a Amazônia enquanto alvo de grande exploração apresenta um paradoxo, ao mesmo tempo em que dispõe de muitas riquezas naturais necessárias à acumulação capitalista, apresenta uma população extremamente empobrecida.

A formação urbana na Amazônia se deu a partir da década de 1960 com a implementação de vários mecanismos de intervenção estatal em infraestrutura visando integrar a Amazônia ao modelo capitalista aplicado no restante do país. Entretanto, para entender a urbanização na Amazônia é preciso considerar sua diversidade e dinâmica socioespacial, seus conflitos, uma vez que existem particularidades regionais, tais como: modo de vida diferenciado das demais regiões, cultura e hábitos de moradias peculiares e distantes dos centros, que indicam uma diferenciação na dimensão urbana (SANTANA, 2012).

Neste sentido, a chegada da pandemia na Amazônia, refletiu de forma imediata as vulnerabilidades econômicas e sociais já existentes na região. Apesar da expansão do vírus no âmbito nacional, as regiões norte e nordeste apresentam maior risco de contaminação, apontam as pesquisas realizadas na UNICAMP sobre análises de padrões espaciais de infecção em mortalidade da COVID-19 (UOL, 2021).

Portanto, condições de acesso a saneamento e habitação na Amazônia, requisitos primordiais para conter o avanço da pandemia, refletem as desigualdades sócias históricas, principalmente nas regiões periféricas, alagáveis, comunidades ribeirinhas, quilombolas, povos indígenas entre outros. As dificuldades apresentadas pela falta de água potável, condições sanitárias e de habitação constituem diversas violações de direitos. Neste sentido, “questiona-se o alcance da efetivação de direitos sociais na sociedade burguesa que não conseguem, no leque da proteção social, garantir a vida e sobrevivência da classe trabalhadora, em especial, mulheres e pretos, grupo no qual a Covid-19 tem maior letalidade” (CORRÊA et al., 2020).

3. O TRABALHO DO/DA ASSISTENTE SOCIAL NAS POLÍTICAS DE HABITAÇÃO NO CONTEXTO DE PANDEMIA.

Segundo Yazbek (2009), A partir da consolidação do capitalismo monopolista há um aumento nas expressões da questão social, nesse contexto o Estado assume o papel de regulador tanto do processo de acumulação capitalista quanto ao atendimento social das classes subalternas. Dessa forma há a institucionalização de novas profissões, dentre elas o Serviço Social, ele é inserido na divisão sociotécnica do trabalho e tem a questão social como sua “matéria prima”.

Para Ianni (1991), em épocas de crise a questão social é evidenciada, tornando-se desafio aos processos de intervenção e organização entre sociedade civil e o Estado. Atualmente o Brasil vive uma de suas piores crises sanitárias e estruturais com a pandemia do Covid-19, esse cenário tem impactado os diversos setores da sociedade e também as políticas públicas, principalmente as áreas de saúde e habitação.

Dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) de 2020, apontam um grande número de notificações de óbitos em bairros com melhores indicadores econômicos, entretanto nos bairros mais pobres o índice de letalidade do vírus era maior, entende-se que a falta de saneamento básico, como acesso a água potável e condições de moradias precárias, potencializam o aumento no número de óbitos.

Posto isso, de acordo com o Art. 6º da constituição federal, a cidadania, à educação, à habitação, à participação política, acesso a cidade como fruição são direitos sociais. Nesta perspectiva a produção do espaço é social, portanto depreende uma relação orgânica entre produção e reprodução de novas relações sociais (HARVEY, 2012). Assim, nessa luta pelo direito à cidade haverá também uma luta contra o capital.

Diante desse cenário, o profissional de serviço social encontra desafios complexos a serem superados na política urbana, pois a cidade é reconhecida como lugar das diversas formas de desigualdades políticas, econômicas e sociais (CFESS, 2016). Tendo em vista que a pandemia do COVID-19 ao se expandir para as periferias e interiores do Brasil, acentuou essas desigualdades sociais e econômicas entre as classes. Neste contexto o assistente social tem um compromisso político com a classe trabalhadora, desenvolvendo sua atuação segundo interesses e necessidades coletivas principalmente em situações de calamidade pública (CFESS, 2012, p. 27).

É de suma importância que o/a Assistente social, desenvolva e a construa respostas sociais e políticas para atender necessidades sociais da classe trabalhadora que demandam direitos, bens e serviços necessários à reprodução de suas vidas, de acordo com os valores e princípios do projeto ético-político profissional.

Em primeiro lugar, é necessário apreender as implicações políticas do exercício profissional que se desenvolve no contexto de relações entre classes. Ao comportar as determinações históricas, estruturais e conjunturais da sociedade burguesa e responder efetivamente a essas demandas corresponde a totalidade dessas diversas dimensões que se relacionam constantemente entre si (GUERRA, 2012). Segundo o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), é de extrema

importância que os profissionais de serviço social, desenvolvam estratégias nos seus espaços de atuação e considerem as especificidades de sua região. Seguindo as indicações e protocolos dos órgãos sanitários de saúde pública, além de observar as orientações no âmbito dos órgãos empregadores

Em segundo lugar, é imprescindível que os/as assistentes sociais se apropriem do conhecimento teórico-metodológico da profissão, a fim de expandir sua compreensão acerca da realidade, criando assim alternativas de ação profissional para a construção e identificação de mediações.

A relação do serviço social na área habitacional é de amenizar a desigualdade social por meio do planejamento, execução e acompanhamento de programas e projetos habitacionais, considerando as especificidades desse espaço e utilizando de forma correta seus instrumentos de trabalho, como as políticas e programas habitacionais, sem esquecer-se do compromisso ético político da profissão.

Dessa forma, é fundamental firmar uma relação de troca entre profissionais e classe trabalhadora, a partir da qual se torna possível construir um conhecimento conjunto sobre a cidade, resultando na elaboração de projetos coletivos, tornando a cidade efetivamente de utilidade pública, reafirmando a importância dos direitos humanos e instrumentalizando os sujeitos de sua ação para que estes viabilizem, coletivamente, as transformações necessárias para que a cidade desempenhe sua função social (HARVEY, 2012).

4. CONCLUSÃO

A atual crise sanitária no Brasil apresenta-se de forma particular e destrutiva. Isso ocorre devido sua intensificação em relação aos demais países da América Latina e do mundo, devido ao Governo genocida do presidente Jair Bolsonaro que subestimou publicamente os impactos do novo Coronavírus negando a ciência e combatendo fortemente as medidas de distanciamento social.

Dessa forma, mesmo com a chegada das vacinas, o Brasil em meados de abril de 2021 ultrapassou os quatro mil óbitos diários e tornou-se referência de

omissão e negligência por parte do Governo Federal e algumas esferas estaduais e municipais.

A crise pandêmica afetou as diversas regiões do país de formas distintas, especialmente a região Norte e Nordeste com destaque à Amazônia. Houve a intensificação das expressões da questão social, o aumento da pobreza e a classe trabalhadora, sobretudo as pessoas pretas, ocuparam os maiores índices de mortes no país por não possuírem condições de cumprir o distanciamento social sem exercer o seu trabalho. Restou para esta classe a opção de ser contaminado ou morrer de fome.

Observa-se ainda, que, o auxílio emergencial sofreu um grave reajuste durante a segunda onda da pandemia no ano de 2021 excluindo muitos beneficiários e reduzindo drasticamente o valor em meio à inflação absurda que reflete no preço dos alimentos e impostos no país.

Na Amazônia, o agravamento da questão urbana, aliada ao aumento da pobreza, evidenciou os impactos da covid-19 na população. Ao considerar a ocupação da região amazônica e sua particularidade em relação as formas de habitação e ocupação do solo entende-se que os investimentos públicos se concentram nas grandes e médias cidades, essenciais à efetivação da divisão territorial do trabalho, enquanto as pequenas cidades obtêm os maiores índices de precariedade urbana e habitacional.

Dessa forma, entende-se que os problemas urbanos e habitacionais pré-existentes à pandemia propiciou uma crise sanitária mais expressiva nessa região e a falta de saneamento básico e sistema de esgoto adequado tornou-se um fator determinante na contaminação dessa população na pandemia da covid-19. Além disso, a precariedade habitacional na região é marcada historicamente pelo não acesso da classe trabalhadora ao mercado imobiliário o que leva à ocupação de áreas alagadas ou alagáveis, constituindo muitas vezes os assentamentos precários na região que não são reconhecidos como objeto de intervenção do poder público especialmente na pandemia e são tratados como casos de polícia.

REFERÊNCIAS

AHLERT, Betina *et al*. A MORADIA E A PANDEMIA: habitação no contexto da crise sanitária de covid-19. In: Revista Direitos, Trabalho e Política Social: **Pandemia e crises: impactos nas políticas sociais do trabalho, saúde e habitação**, Cuiabá, v. 7, n. 12, p. 20-40, 06 jan. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/coordena/Desktop/657-194-PB.pdf . Acesso em: 04 abr. 2021.

ALBUQUERQUE, Lidiane Pereira de *et al*. COVID-19: origem, patogênese, transmissão, aspectos clínicos e atuais estratégias terapêuticas. **Revista Prevenção de Infecção e Saúde**, Piauí, v. 6, 2020. Disponível em: https://revistas.ufpi.br/index.php/nupcis/article/view/10432/pdf . Acesso em: 04 abr.2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em :

CAVALCANTE, José Luiz. **A Lei de Terras de 1850**: e a reafirmação do poder básico do estado sobre a terra. e a reafirmação do poder básico do Estado sobre a terra. 2005. Disponível em: http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao02/materia02/ . Acesso em: 05 abr. 2021.

CLIMAINFO (Brasil) (org.). **A pandemia desnuda a péssima situação da habitação no Brasil**. 2020. Disponível em: https://climainfo.org.br/2020/05/08/a-pandemia-desnuda-a-pessima-situacao-da-habitacao-no-brasil/. Acesso em: 05 abr. 2021.

CFESS. **Código de Ética do/a Assistente Social: Lei 8662/93 Código de ética do/a.** São Paulo: Cortez, 2012. Conselho Federal de Serviço Social Disponível em: http://cress-sp.org.br/wp-content/uploads/2015/10/C%C3%B3digo-de-%C3%89tica-10-ed..pdf . Acesso em 05: abr. 2021.

CFESS. **Atuação de assistentes sociais na Política Urbana**: subsídios para reflexão. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 2016. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/CFESS-SubsidiosPoliticaUrbana-Site.pdf Acesso em 05.abr.2021.

CORRÊA, Isabela *et.al.* A QUESTÃO HABITACIONAL NA AMAZÔNIA E IMPACTOS DA COVID-19. In: Revista Direitos, Trabalho e Política Social: **Pandemia e crises: impactos nas políticas sociais do trabalho, saúde e habitação**, Cuiabá, v. 7, n. 12, p. 20-40, 06 jan. 2021. Disponível em: file:///C:/Users/coordena/Desktop/657-194-PB.pdf . Acesso em: 15 abr. 2021.

DANIEL GIOVANAZ (Brasil de Fato). **Triste fim do Minha Casa Minha Vida**: como bolsonaro extinguiu o programa sem alarde. 2021. Disponível em: https://www.brasildefato.com.br/2021/02/17/triste-fim-do-minha-casa-minha-vida-como-bolsonaro-extinguiu-oprograma-sem-alarde. Acesso em: 05 abr. 2021.

FERREIRA, João Sette Whitaker. **A cidade para poucos**: breve história da propriedade urbana no brasil. breve história da propriedade urbana no brasil. 2005. Disponível em: https://cidadesparaquem.org/textos-acadmicos/2005/8/21/a-cidade-para-poucos-breve-histria-da-propriedade-urbana-no-brasil. Acesso em: 05 abr. 2021.

GUERRA, Yolanda. **A dimensão técnico-operativa do exercício profssional-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2012. (p. 39-68

HARVEY, David. **Política anticapitalista em tempos de COVID-19**. In: DAVIS, Mike, et al: Coronavírus e a luta de classes. Terra sem Amos: Brasil, 2020.

HARVEY, David. **Direito a cidade**. Lutas Sociais, São Paulo, n.29, p.73-89, jul./dez. 2012.

IANNI, O. A Questão Social no Brasil. In: São Paulo em Perspectiva. São Paulo, Fundação SEADE, vol. 5, nº 1, jan de 1991.

IPEA. MIRANDA, Pedro; KOELLER, Priscila; ZUCOLOTO, Graziela; WEVETHON, Machado; DE NEGRI, Fernanda. Ministério da Economia. Aspectos socioeconômicos da COVID-19: o que dizem os dados do município do rio de janeiro. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2020

LOJKINE, Jean. **O Estado Capitalista e a Questão Urbana**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. A QUESTÃO AGRÁRIA, URBANA E AMBIENTAL NA AMAZÔNIA BRASILEIRA: notas para o debate. **Temporalis**, Brasilia, v. 24, n. 12, p. 171-189, 21 nov. 2012. Semestral.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo Monopolista e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1996.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 2ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 2007 (Biblioteca Básica de Serviço Social; v. 1). (Capítulo 1).

SANTANA, Joana Valente. **Pequenas Cidades na Amazônia: desigualdades e seletividade.** In Joana Valente Santa, Anna Carolina Gomes Holanda e Aldebaran do Socorro Farias de Moura (org). A questão da habitação em municípios periurbanos na Amazônia. Belém/PA: Ed. UFPA. 2012 (pp. 77-96).

UOL (Brasil). **Pesquisa aponta maior risco de covid-19 no Norte e no Nordeste**. 2021. Disponível em: https://www.uol.com.br/vivabem/noticias/redacao/2021/02/17/pesquisa-aponta-maior-risco-de-covid-19-no-norte-e-no-nordeste.htm?next=0001H960U88N . Acesso em: 04 abr. 2021.

YAZBEK, M. C. O significado socio-histórico da profissão. In CEFESS / ABEPSS. **Serviço Social**: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.